

EDUCAÇÃO E GÊNERO EM MOÇAMBIQUE: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE MULHERES, ADOLESCENTES E JOVENS NO SECTOR EDUCACIONAL.

Sirilo Lourenço Nhaueleque¹

Pedro Rosas Magrini²

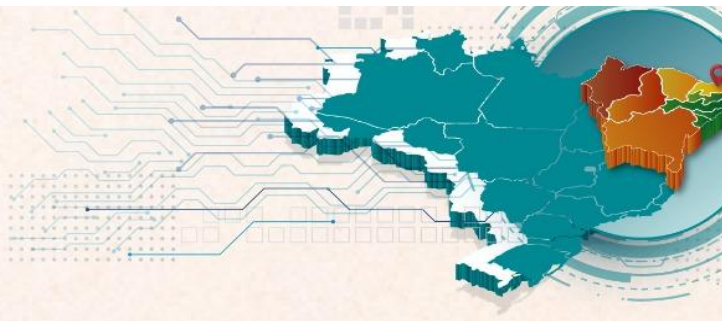
RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar as políticas públicas existentes em Moçambique que visam garantir a promoção e inclusão de mulheres, adolescentes e jovens mulheres no setor de educação. Focamos essa análise no que está escrito na lei, a partir das políticas públicas institucionalizadas e a sua materialização para verificar se o resultado que as mesmas têm trazido em virtude de seus objetivos, visto que normalmente existe uma disparidade muito ampla do que se pretende e do que se tem colhido como resultados. Para esse efeito, uma revisão bibliográfica foi feita sobre o tema onde documentos públicos e do sector de educação em matéria do género foram cautelosamente consultados e analisados. No final foi possível verificar que infelizmente as políticas de educação voltadas para as mulheres em Moçambique não têm conseguido garantir a prossecução do seu interesse e objetivo final, sobretudo nas zonas rurais do país e uma das razões apontadas cinge-se na questão cultural e no olhar do papel social da mulher dentro das comunidades, nessa ordem de ideia as políticas de educação para mulheres não têm atuado de forma eficiente e eficaz.

Palavras-chave: Mulheres; Políticas Públicas; Educação.

¹ Graduando em Administração pública pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Técnico de Gestão de Recursos Humanos pelo Instituto Foco Moçambique (IF).

² Doutorado em Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (2015) professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil.



INTRODUÇÃO

Dentro do conjunto dos direitos humanos fundamentais encontra-se o direito à educação, amparado por normas nacionais e internacionais.³ Trata-se de um direito crucial, porque inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Além dessa perspectiva individual, este direito deve ser visto, sobretudo, de forma conjunta, como um direito a uma política educacional, a ações afirmativas do Estado que ofereçam à sociedade instrumentos para alcançar seus objetivos e é nessa ordem de ideias que grandes batalhas nos dias atuais é necessariamente poder mostrar ao mundo o quanto a mulher pode ser importante para a sociedade, mostrar ao mundo o seu papel e seus direitos que num contexto histórico teriam sido negados de forma absurda para elas, não apenas em Moçambique como também em vários outros cantos do mundo.

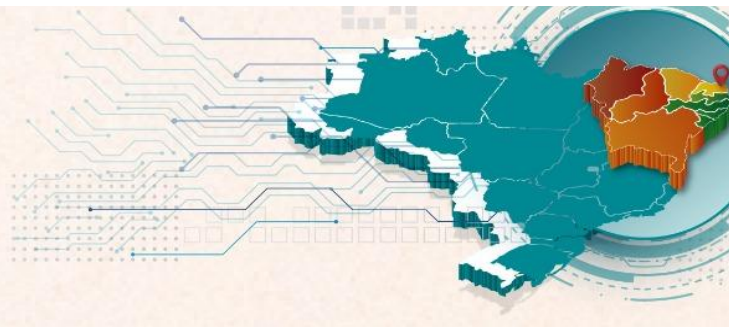
A mulher tem tido várias posições de destaque em dias atuais, mas também ainda existem alguns pontos por questionar e melhorar, pontos esses que não podemos deixar de citar, sobretudo a educação e sendo a educação um serviço público é tarefa do Estado promover as questões de igualdade ou equidade de gênero por meio de políticas públicas. Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (2021), o país apresenta um total de 30,832,244 habitantes dentre os quais 14,885,787 (48%) homens e 15,946,457 mulheres (52%), mas infelizmente no que refere às questões de analfabetismo as mulheres têm sido as mais afetadas por essa anomalia no país. Segundo a VOAPORTUGUÊS (apud UNESCO, 2016), 73.3% da população masculina é alfabetizada contra 45.4% da população feminina.

Existem atualmente e infelizmente algumas convenções discriminatórias sobre as mulheres, dentro de várias sociedades, mas também tem havido durante todo século XX e XXI uma intensificação de lutas pela igualdade de gênero, geralmente a partir de protocolos internacionais que são absorvidos em maior ou menor escala pelos países.

Uma grande parte daquilo que se pode considerar como políticas de educação em Moçambique foram apenas introduzidas nos finais do século XX e a política de acesso de educação de adolescentes e jovens mulheres está inclusa neste pacote previamente apontado.

Foi a partir da conferência mundial de “*Educação para todos*” que se realizou em 1990 em *jomtien* na Tailândia, onde se referiu à necessidade da inclusão do gênero

³ Declaração Universal dos Direitos Humanos e Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.



(mulher) na educação. No seu artigo 3 sobre universalizar o acesso à educação e promover a equidade dizia:

A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação, (E.P.T, 1990, p.4).

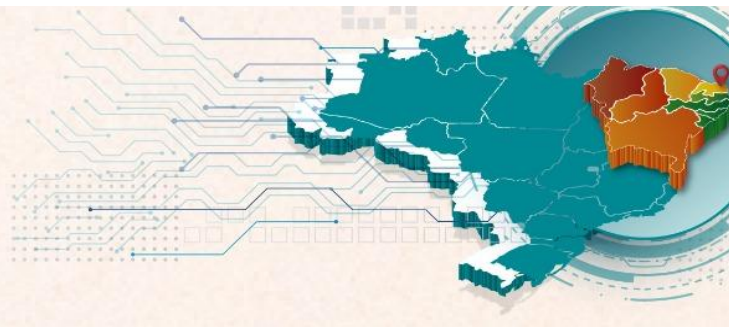
Após um período estimado em cinco anos, foi realizada em Beijing em 1995 uma nova conferência com temas relacionados a gênero conforme o excerto abaixo.

Após a Conferência mundial sobre mulheres em Beijing realizada em 1995, foi reforçada a ideia de que a igualdade de gênero é uma questão política e dos direitos humanos, que na luta pela igualdade de gênero, encorajou aos governos a garantir pelo menos 30% de participação feminina nos lugares de tomada de decisão, em todos os sectores da sociedade, os assuntos de gênero começam a ganhar maior importância no País, (Relatório do Estudo sobre Gênero no Ensino Superior em Moçambique, 2013, p.11)

No ano de 2000, realizou-se uma nova Conferência e dessa vez ela foi realizada no Senegal, em Dakar, conferência Mundial de Educação Para Todos onde retoma-se aos pressupostos da conferência de *Jomtien* em que a atenção estava voltada à educação das meninas e ao “gender gap”. (ROSEMBERG, 2001)

Há registros anteriores de iniciativas locais em virtude da luta de independência em Moçambique que representam um marco importante da inclusão de mulheres no sistema de educação que anteriormente era visto como privilégio do homem. A greve de Buzi, realizada em 1947, é um exemplo. Segundo SANTANA (2009, p.70) Tratou-se de um movimento grevista que incluiu a participação de 7.000 mulheres que se recusaram ao cultivo do algodão, queimaram as sementes e participaram em outras ações contra as concessionárias algodoeiras, obtendo a isenção deste trabalho para as grávidas e mães com crianças de até 4 anos de idade.

Uma outra iniciativa importante foi a participação das mulheres na propaganda de desprestígio do governo colonial perante a população e a divulgação de notícias do neófito movimento nacionalista, a Frente de Libertação Nacional de Moçambique, a Frelimo. (ISAACMAN; STEFHAN, 1984, p. 23; MATEUS, 1999, p.59-60).



E apenas a partir dessas iniciativas, movimentos e conferências inicia-se em Moçambique uma constituição de políticas próprias para salvaguardar a mulheres em conformidade com o texto a seguir:

Em 2000 surge o Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM) elaborado pelo Ministério da Mulher e da Ação Social (MMAS), tendo resultado na criação de unidades de género em vários sectores de trabalho. E, mais tarde foi criada a Política Nacional de Género e sua Estratégia de Implementação (PGEI) a 14 Março de 2006 e, a 31 de Março de 2009 foi aprovada a Estratégia de Género para a Função Pública–EGFP (2009-2013). (Relatório do Estudo sobre Género no Ensino Superior em Moçambique, 2013, p.9).

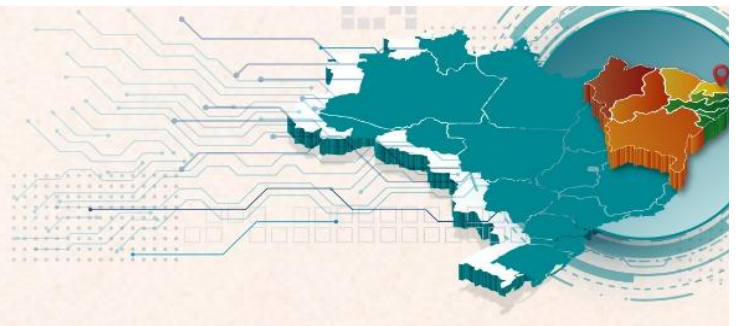
As mulheres têm sofrido uma exclusão ampla em contextos de formação e educação em relação ao homem e isso faz com que elas sejam vítimas de uma sociedade machista, só através da educação as mulheres podem participar no processo de desenvolvimento.

Este trabalho está dividido em quatro partes, além desta introdução, encontram-se abordadas questões voltadas ao contexto atual da educação em Moçambique e o papel social das mulheres em Moçambique por meio da discussão teórica, a parte de discussão dos resultados com o tema Políticas de acesso à educação de mulheres em Moçambique e por fim as considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma que nela não há uma preocupação com medidas, quantificações ou técnicas estatísticas de qualquer natureza. Busca-se compreender, com base em dados qualificáveis, a realidade de determinados fenômenos, a partir da percepção dos diversos atores sociais (GIL, 1999; CERVO; BERVIAN, 2002).

Para abordar essas questões, faremos uma revisão bibliográfica e análise de documentos. Segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A Análise Documental, no entendimento de Godoy (1995), além de ser um procedimento de pesquisa com características específicas, com finalidades de investigação muito próprias, pode ser também utilizada como uma técnica complementar, validando e aprofundando dados obtidos por meio de outros procedimentos como, entrevistas, questionários e observação.

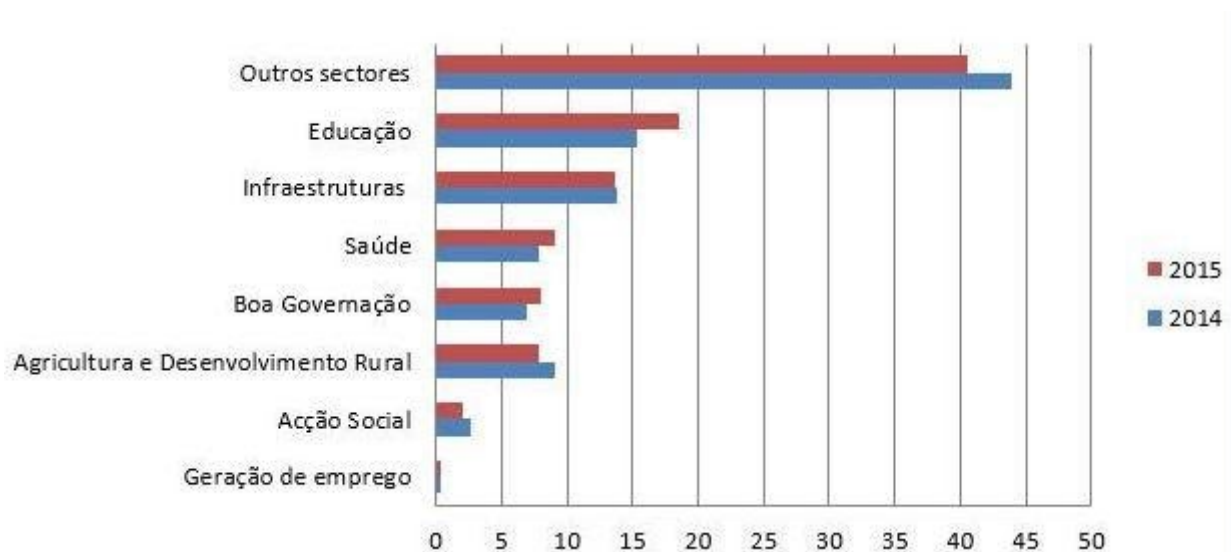


REFERENCIAL TEÓRICO

Contexto atual da educação em Moçambique.

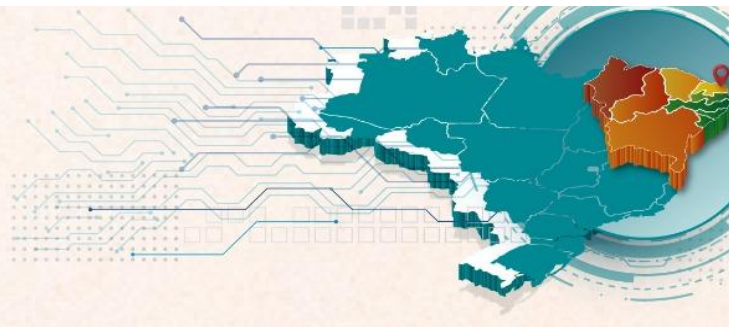
Em Moçambique o sector de educação é privilegiado pelo governo, exatamente por constituir um dever e direito fundamental para cada cidadão, infelizmente a pobreza é ainda presente e por isso a educação é um dos poucos instrumentos para a afirmação e integração do cidadão na vida social, econômica e política, combatendo a pobreza segundo Benedito (2018). Em 1999, a despesa pública com a educação representava 12% da despesa total. Em 2011, o país classificava-se como um dos que mais investia na educação em África. De acordo com a UNICEF, em 2014 15,5% da despesa total foi para a educação e em 2015 o investimento no sector da educação representava 18,6% da despesa pública total. Tendo assim uma tendência crescente.

Figura 1: % do peso do orçamento do sector da educação e de outros sectores primários entre 2014-2015



Fonte: Lei de orçamento do Estado 2014 e 2015, UNICEF (2015)

Podemos notar que com estes investimentos o nível de iliteracia tem diminuído consideravelmente, mas diferentemente das mulheres, adolescentes e



das jovens, apenas e infelizmente os homens em Moçambique são os que têm maior acesso à escola. Em 2013 2,9 milhões de homens foram matriculados no ensino primário contra 2,6 milhões de mulheres. Em 2014 3 milhões de alunos do sexo masculino foram matriculados contra 2,7 milhões do sexo feminino e deste total 9,2% das alunas desistiu no segundo ciclo contra 9% da desistência dos rapazes. Este fosso cresce na medida em que os níveis académicos aumentam.

Segundo a UNICEF (2019), foram alocados ao Sector da Educação entre 2015 - 2019, cerca de 276,05 mil milhões de meticais (o equivalente a cerca de 6 mil milhões de USD), o que revela um crescimento do orçamento deste sector em cerca de 70% em termos nominais relativamente ao período de 2010-2014. O MINEDH (como órgão Central) recebeu em 2019 cerca de 2.03 mil milhões de Meticais contra 1.99 mil milhões de Meticais em 2018, o representa um crescimento nominal de cerca de 2%. Entre 2015 e 2019, o ensino primário absorveu em média cerca de 50% do total de recursos do Sector da Educação, seguido do ensino secundário que absorveu em média cerca de um quarto dos recursos.

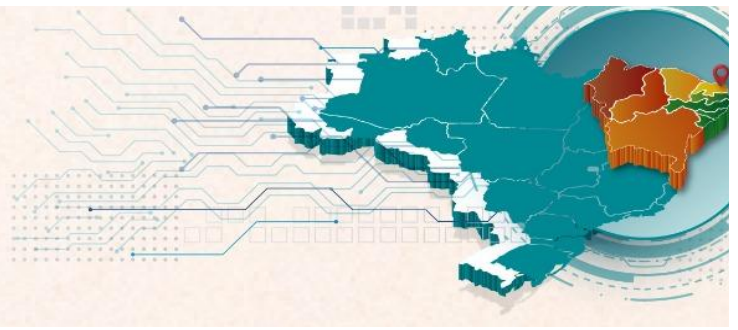
A explicação dessa realidade é que a educação formal é, muitas vezes, considerada desnecessária para o desempenho do seu papel social, sobretudo para as mulheres, com mais notabilidade na zona rural.

O papel social das mulheres em Moçambique

Para ilustrar o papel social da mulher usar-se-á uma citação muito importante da primeira romancista moçambicana dentro de uma das suas mais prestigiadas obras literárias.

Até na Bíblia a mulher não presta. Os santos, nas suas pregações antigas, dizem que a mulher nada vale, a mulher é um animal nutridor de maldade, fonte de todas as discussões, querelas e injustiças. É verdade. Se podemos ser trocadas, vendidas, torturadas, mortas, escravizadas, encurraladas em haréns como gado, é porque não fazemos falta nenhuma. Mas se não fazemos falta nenhuma, porque é que Deus nos colocou no mundo? E esse Deus se existe, por que nos deixa sofrer assim? O pior de tudo é que Deus parece não ter mulher nenhuma. Se ele fosse casado, a deusa – sua esposa – intercederia por nós. Através dela pediríamos a bênção de uma vida de harmonia. Mas a deusa deve existir, penso. Deve ser tão invisível como todas nós. O seu espaço é, de certeza, a cozinha celestial. — Paulina Chiziane, Niketche (2004, p.70).

É normal dizer-se que os homens são fisicamente mais fortes e as mulheres mais



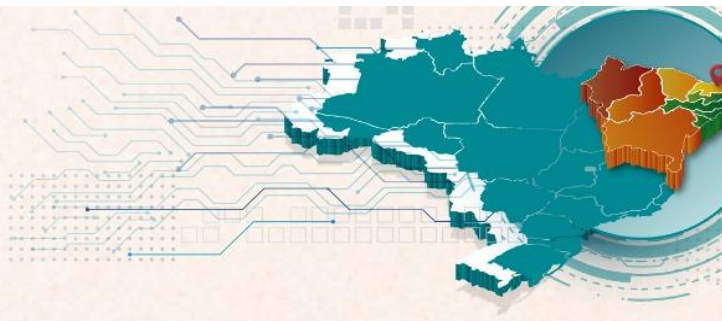
fracas, os homens são mais determinados e racionais e as mulheres menos, os homens têm mais vocação para as ciências e tecnologias e as mulheres para as letras e as ciências sociais, as mulheres preocupam-se mais com a aparência que os homens.

Verifica-se por vezes uma tendência perigosa para definir o género segundo padrões etnocêntricos e radicais, partindo do princípio que ao falar de género feminino todas as mulheres são ocidentais, brancas, de classe média, quando na verdade o conceito não se pode generalizar. “As normas culturais variam muito, claro está, de uma sociedade para outra, dentro de uma mesma sociedade, em diferentes contextos históricos e entre distintos grupos numa mesma sociedade. Se o género é culturalmente fundamentado, aquilo que significa ser mulher ou homem varia de cultura para cultura.” (Ribeiro, 2005, p: 16).

Em Moçambique, em várias zonas rurais e para algumas famílias, as mulheres e jovens são aquelas quem sempre devem estar por perto para auxiliarem no que for preciso, é comum em algumas famílias que apenas os rapazes tenham a oportunidade de ir à escola, exatamente por conta daquele pensamento arcaico que sonda a cabeça de muitos. A mulher é aquela quem deve fazer as atividades domésticas e é aquela quem deve largar sua família para constituir uma nova família de forma prematura, existem zonas em Moçambique em que o casamento prematuro sequer é visto como crime, pois é tão recorrente que não se torna um espanto. Felizmente essa realidade não é muito visível em zonas urbanizadas como as capitais províncias, onde as mulheres e raparigas têm lutado em prol do seu lugar e dos seus direitos.

Nas zonas anteriormente citadas as mulheres e jovens não têm oportunidade de contribuir com voz ativa na tomada de decisão dentro da comunidade e dentro de suas próprias famílias pois acredita-se que elas não têm capacidade cognitiva suficiente para sentar-se no mesmo lugar que homem e poder opinar sobre um determinado assunto ou problema, algumas mulheres porque não tiveram essa oportunidade e acreditam que aquele é o único estilo de vida privam as suas filhas da chance de mudar de realidade e infelizmente várias famílias vão sendo construídas desse jeito.

Segundo Silva, (2007) afirma que o outro dado importante sobre o qual vale a pena refletir é o facto da escolarização mais prolongada das jovens significar para elas um prolongamento da infância. Todas as jovens que estudam nos últimos anos têm uma forte consciência da necessidade de adiar a sua entrada na vida adulta, o que para elas significa casar e ser mãe. Ou seja, o início da vida sexual é mais tardio, como estratégia de prolongamento da infância de forma a poderem continuar a estudar. Parece extremamente interessante aprofundar os nossos conhecimentos sobre esta questão, através de uma investigação mais direcionada e prolongada, que



permita perceber de que forma o papel social destas raparigas é alterado e de que forma o ensino formal lhes proporciona opções e outros papéis sociais e se estes são ou não valorizados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Políticas de acesso à educação de mulheres em Moçambique.

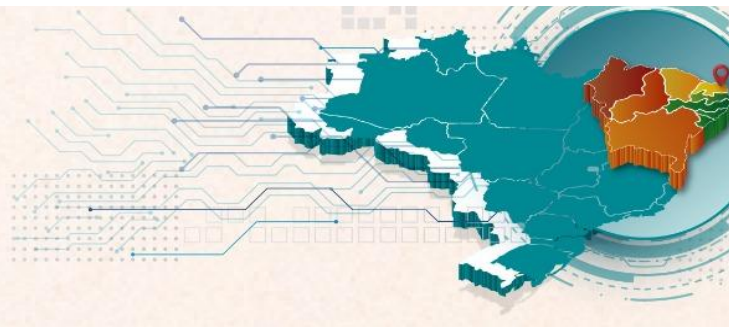
A constituição da república de 1990, a constituição da república de 2004 e o plano estratégico de educação gerado em 2006, 2010 e 2011 junto com o plano estratégico de 2012 e 2016, incluindo o relatório de estratégias de gênero do sector de educação e desenvolvimento humano para o período de 2016 até 2020 têm plasmado a política de acesso de à educação de mulheres e jovens em Moçambique.

Em 2005 entra em vigor um instrumento internacional de direitos humanos estabelecido pela União Africana⁴, onde no seu artigo 12 declara que os Estados devem tomar medidas em vista a eliminar todas formas de discriminação contra mulheres e raparigas no domínio da educação e formação, eliminar todas as referências em manuais, currículos e meios de comunicação social que perpetuam essa discriminação, proteger as mulheres, especialmente as raparigas contra todas formas de abuso, incluindo o assédio sexual nas escolas e outros estabelecimentos de ensino e prever sanções contra os autores desta prática e integrar a questão de gênero e educação dos direitos humanos em todos os níveis dos programas de ensino incluindo a formação de formadores.

A Política Nacional de Gênero e sua Estratégia de Implementação (PGEI), criada a 14 Março de 2006 abrange homens e mulheres de todos grupos etários, mas faz uma maior alusão a mulher para garantir que a política atenda as especificidades da mulher contribuindo para a elevação do seu estatuto na sociedade.

De acordo com o Relatório do Estudo sobre Género no Ensino Superior em Moçambique (2013, p.10) a Política Nacional de Género e sua Estratégia de Implementação (PGEI) rege-se por sete (7) princípios dos quais destacam-se os seguintes: Princípio de Igualdade“ [...] de direitos, oportunidades e benefícios entre o homem e a mulher em todos os domínios da vida política, social, económica e cultural [...]”; o Princípio da não Discriminação“[...] eliminação de preconceitos e práticas que estejam baseadas na inferioridade ou superioridades de qualquer dos sexos, ou em funções estereotipadas de homens e mulheres impedindo o desenvolvimento e adopção de uma abordagem de género, como categoria de análise, planificação e avaliação das questões de desenvolvimento”; e o Princípio de Integração de Género “[...] necessidade de incorporar a abordagem de Género na legislação, políticas, programas, estratégias, planos

⁴ Protocolo de Maputo



de ação, orçamento e em todos os aspectos e processos de desenvolvimento do País” , (apud BONDE, 2017).

O sector da educação procurou desde o início criar um plano estratégico como um instrumento de integração de uma perspectiva de gênero em todo sistema da educação, durante 2006 até 2011 houve um trabalho árduo para garantir a igualdade de oportunidades pelas quais adolescentes dos seis anos viam-se incentivadas a entrar nas escolas de forma massiva, criação de escolas próximas das comunidades. Encorajou-se ainda a entrada de raparigas nos Institutos de formação de professores, no Ensino técnico profissional e no ensino superior nas áreas de ciências, matemáticas e engenharias, houve também um processo de promoção das discussões sobre gênero por meio da integração dessa temática no currículo e matérias didáticos em todos subsistemas de ensino.

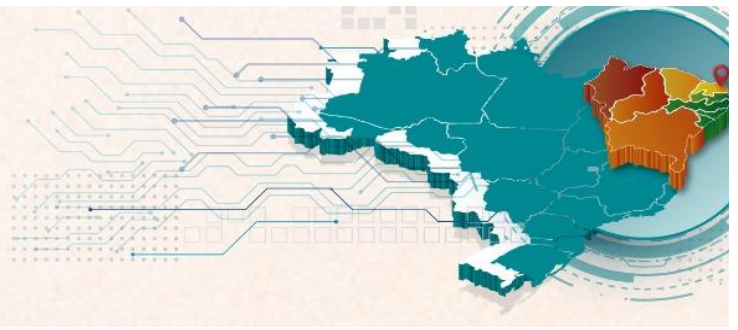
Promoveu-se o equilíbrio de género na planificação e gestão dos recursos humanos, por via do recrutamento de um número significativo de professoras e de gestoras. Foram criadas unidades de género ao nível do Ministério, bem como ao nível das províncias, para a elaboração das acções específicas e para a monitoria da sua implementação, (PEE 2012-2016, p.44).

Existe uma política de gênero no setor da educação, a “Política Nacional de Género no Setor da Educação e Cultura”. Segundo o MEC (MOÇAMBIQUE, 2009), algumas das suas principais ações são: isenção de taxas escolares e concessão de bolsas de estudo ; prioridade das adolescentes em relação aos rapazes em casos de vagas limitadas, Principalmente nos centros internatos; aumento de numero de professoras particularmente nas zonas rurais.

Política Nacional de Género e Estratégia de Implementação 2006, Assenta na necessidade de incorporar a abordagem de Género na Legislação, política, programas, estratégias, planos de ação, orçamento e em todos os aspectos e processos de desenvolvimento do País, (E.G.S.E .D.H, 2016/2020, p.6).

Devemos associar ainda as políticas linguísticas dentro desse panorama educacional pois segundo o recenseamento geral da população realizado em 1997, verifica-se que numa população de cerca de doze milhões de habitantes, cerca de 94% dos moçambicanos fala as línguas bantu, 6,4% fala português como língua materna em zonas urbanas e 1,2% em zonas rurais, e 39% da população total fala o português como segunda língua.

O Programa do Ensino Básico de 2001, publicado pelo INDE, integra, pela primeira vez em Moçambique, o Programa de Educação Bilíngue. Após anos de experimentação e investigação que apresentaram resultados animadores, é proposta para a fase inicial do projecto a implementação de programas bilíngues, que deve “ser bem planificada e gradual” (INDE, 2001:149) em onze línguas bantu: Kimwani, Shimakonde,



Ciyao, Emakhuwa, Echuwabo, Cinyanja, Cinyungwe, Cisená, Xitswa, Xichangana, Xironga.

O objetivo principal da nova política linguística implementada em Moçambique é a criação de condições para a democratização e o acesso de todos ao ensino, diminuindo o insucesso escolar e o abandono da escola e servindo assim de base a todo o processo de transformação curricular, com vista ao alcance dos objetivos da Educação Para Todos.

CONCLUSÃO

A opção de centrar esta pesquisa na problemática associada ao fator género, enquanto fator determinante da dupla desigualdade e exclusão da mulher no contexto de educação em Moçambique, bem como, perante o sistema de ensino, teve origem na constatação de uma aparente e flagrante divergência entre realidade vivida pelas várias mulheres, adolescentes e jovens mulheres em Moçambique.

A partir de toda essa exposição literária foi possível constatar que essa realidade apresentada nos documentos governamentais e outros infelizmente é antagônica à realidade vivida por várias mulheres e raparigas em Moçambique, não é notória a materialização dessas políticas públicas. A materialização das políticas públicas que visam garantir a igualdade, mesmo equidade de direito de género, no que concerne ao acesso e permanência no sistema de ensino em Moçambique, não se faz notória e por consequência não existe de forma consistente uma promoção à inclusão de mulheres e raparigas no âmbito da educação e a evidente falha reside necessariamente na implementação das mesmas políticas e por consequência não existe de forma consistente uma promoção à inclusão de mulheres e raparigas no âmbito da educação e a falha é evidente, encontra-se necessariamente na implementação das mesmas políticas as quais não tem ocorrido com eficiência e eficácia.

Um outro aspecto que concorre para o cenário vivido pela mulher em Moçambique é que se acredita que o papel social da mulher está mais associado ao lar e à família, ao passo que o papel social do homem implica o trabalho fora de casa e maior interação social. Para a mudança desse cenário um reforço na consciencialização das comunidades em matérias de direitos sociais, em especial direito à educação que é um direito constitucionalmente assegurado a todos, inerente à dignidade da pessoa humana, bem maior do homem, sendo que por isso o Estado tem o dever de prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Infelizmente as mulheres continuam uma minoria no domínio das matemáticas, ciências naturais e tecnologias; existem cursos técnico-profissionais sem nenhuma representatividade feminina em termos de estudantes bem como de professoras.

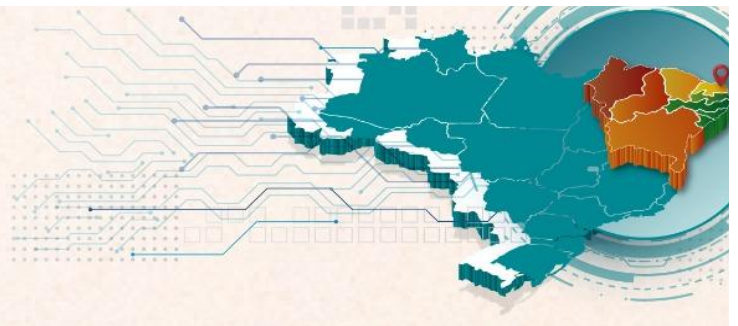


15 CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

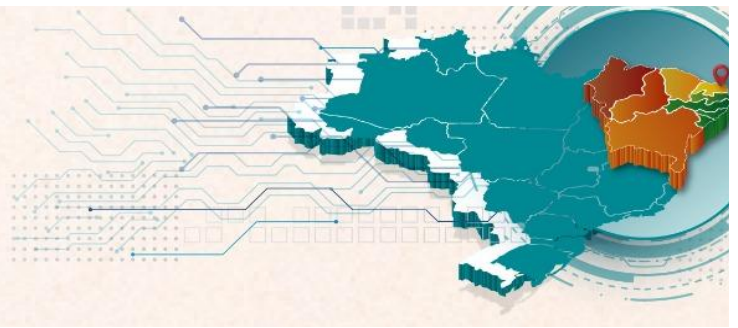
GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



As consequências da falta de acesso a uma educação de qualidade para mulheres e adolescentes e jovens mulheres são evidentes, elas excluídas do sistema educativo não contam com as oportunidades necessárias para o pleno desenvolvimento da sua personalidade. O desenvolvimento insuficiente de competências para a vida afeta as suas relações e a tomada de decisões no quotidiano, limitam-se as oportunidades de trabalho estável e satisfatório e aumentam as frustrações resultantes de não se poder cumprir as expectativas naturais de apoio à família e a sensação de não contribuir para a sociedade no seu conjunto.

O Poder Público Moçambicano, como um dos responsáveis pelo fomento à educação, deve promover ações não só no âmbito de elaboração de políticas públicas (executivo), no âmbito de elaboração de leis (legislativo), mas também exercendo o papel de protetor e fiscalizador desse direito (judiciário) para as mulheres e raparigas, criar mecanismos de controlo e avaliação de políticas públicas para a inclusão de mulheres, adolescentes e jovens mulheres no contexto educacional.



REFERÊNCIAS

ANTÓNIO, Elisa. HUNGUANA, Carolina. **Relatório do Estudo sobre Género no Ensino Superior em Moçambique**. 2013.

AZEVEDO, J.M.L. de.. **A educação como política pública**. 3ª edição, Campinas: Autores Associados. 2004.

BONDE, Rui. UNESP- Campus de Marília- São Paulo (Brasil) 2017.

BENEDITO, Rogerio Marques. **Educação e empregabilidade da mulher em Moçambique**. 2016.

CHIZIANE, Paulina . Niketche. **Uma história de poligamia**. São Paulo : Companhia das Letras. 2004.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: **Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**, Jomtien, 1990.

Estratégia de Género do Sector de Educação e Desenvolvimento Humano para o período 2016-2020 da equidade e igualdade de género na educação, rumo ao desenvolvimento integrado sustentável, 2016.

ISAACMAM, Bárbara e STEFHAN, June. **A mulher moçambicana no processo de libertação**. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984.

INDE. Programa do Ensino Básico. 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v.26, n.2, 1995.

MOÇAMBIQUE. **Lei do orçamento do estado 2014 e Lei do orçamento do Estado**, 2015

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Cultura. Agenda do Professor 2010. Maputo, 2009.

MOTA-RIBEIRO, Silvana, **Retratos de mulheres - construções sociais e representações visuais no feminino**, Porto: Campo das Letras, 2005.

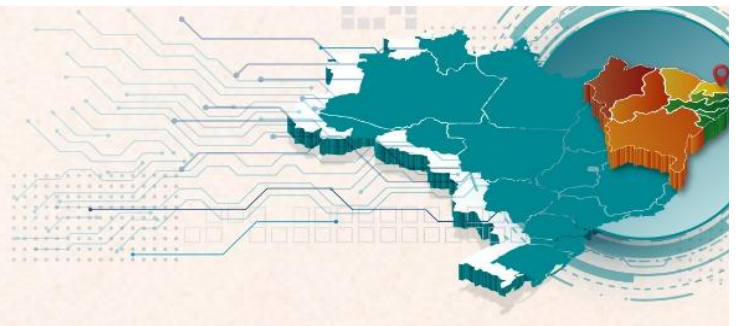
ROSEMBERG, Fulvia. Educação formal, mulher e género no Brasil contemporâneo. Dossiê Género e Educação. **Revista de Estudos Feministas**, 2001.



15 CONGESP
CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



SILVA, Gabriela. Educação e Género em Moçambique. 1ª ed. Porto: **Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto**, 2007.

SANTANA, Jacimira. **A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias**, Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, 2009.

<https://www.unicef.org/mozambique/media/3631/file/Equidade%20da%20Despesa%20P%C3%ABblica%20no%20Sector%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf> acessado aos 21 de Agosto de 2021

<https://www.voaportugues.com/a/mulheres-dia-internacional-alfabetizacao/2952318.html> acessado aos 15 de outubro de 2021